Ata da 12ª Reunião Ordinária de 2018 do COMDEMA/FMMA

Ata da décima segunda reunião ordinária de 2018 do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Saneamento Básico de Franca - COMDEMA, realizada em conjunto com o Fundo Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Franca - FMMA no dia doze de dezembro do ano de 2018 às catorze horas no Centro de Educação Ambiental de Franca e Região, localizado no Jardim Zoobotânico, Avenida São Francisco de Assis nº 1.000, Franca/SP. Às catorze horas, Senhor Rui Engrácia Garcia Caluz, Presidente do FMMA, constatou falta de quórum para o início da reunião. Em cumprimento ao Regimento Interno, a reunião foi iniciada, então, às catorze horas e trinta minutos com a leitura da pauta. Senhor Rui colocou em votação a aprovação da ata da 10ª reunião ordinária, qual foi aprovada por unanimidade. Em seguida, Senhor Rui colocou em votação a ata da 11ª reunião ordinária, que também foi aprovada pelos conselheiros presentes por unanimidade. Dando sequência à pauta, Senhor Rui explicou a necessidade de se formar comissões para analisar os Estudos de Impacto Ambiental/Relatórios de Impacto Ambiental - EIA/RIMA contidos nos processos encaminhados pela Secretaria de Planejamento Urbano para cessão de certidão de uso do solo. Doutora Mônica Aparecida Haddad questionou se a análise dos documentos seria competência do COMDEMA. Em resposta, Senhora Eliana leu o inciso X do Artigo 2º da Lei nº 8.275/2015 que diz ser competência do COMDEMA "deliberar, com base em estudos técnicos, sobre o uso, ocupação e parcelamento de solo, no que se refere às áreas de interesse ambiental". Já o Senhor Alex Henrique Veronez expôs sua preocupação se o COMDEMA teria competência técnica para análise de documentos complexos como aqueles. Preocupação compartilhada pelo Capitão PM Lázaro Antônio Felício Felício, que acrescentou que a Prefeitura estaria passando uma responsabilidade indevida para o Conselho. Para a Senhora Ângela Maria Pimenta, o fato de o COMDEMA analisar os EIA/RIMA pode passar a impressão de que a Prefeitura não precisaria de um corpo técnico interdisciplinar na área ambiental que assumisse essa tarefa . Apesar dessas ponderações, o Senhor Rui alertou que o COMDEMA não pode se eximir de se manifestar sobre a questão. A convidada Senhora Rejane Barbosa ressaltou que os documentos submetidos ao COMDEMA contam com mais credibilidade. Senhor Rui lamentou que o quadro da Prefeitura esteja bastante defasado e propôs uma moção para o Prefeito Gilson de Souza no sentido de ampliar o quadro ambiental com contratações de funcionários capacitados como Geólogo, Biólogo, Engenheiro Ambiental, Técnico em Meio Ambiente, Gestor Ambiental, entre outros. O convidado, Senhor Maurício Mayor sugeriu a contratação de uma consultoria ambiental por parte da Prefeitura de Franca para análises desses processos e emissão de pareceres para submissão ao Conselho, como tem acontecido no Município de Ibiraci/MG. O convidado Senhor Matheus Mayor lembrou a Resolução CONAMA nº 237 que define o prazo máximo de doze meses para

Elg

A B



emissão de pareceres no caso de licenciamento ambiental. Para o Senhor Luciano Reami, os interessados poderiam apresentar um resumo dos impactos positivos e negativos que seriam analisados pelo COMDEMA. O convidado Fransérgio Freitas. que apresentou 0 EIA/RIMA empreendimento de 52 lotes, ressaltou que, em função de ser um documento extenso, ele providenciou seis cópias digitalizadas com o objetivo de facilitar a análise. Destacou o ineditismo do documento apresentado, citando o projeto de captação de água, que ainda não contava com diretriz por parte da SABESP. Senhor Rui ponderou que a análise daquele documento poderia resultar em um aprendizado para os profissionais que compõem a comissão. Senhor Matheus ressaltou que, embora o documento seja grande, o que seria analisado seria apenas o Relatório de Impacto Ambiental. Senhor Rui colocou em votação se a comissão deveria ser formada e a maioria dos conselheiros votou favoravelmente. A comissão foi composta pelos seguintes segmentos e membros: Polícia Ambiental, SABESP, Sindicato Rural, CATI, Mônica Aparecida Haddad, Ângela Maria Pimenta, Sidney Carvalho Elias e Daniela de Prá. Senhora Eliana alertou para a necessidadede de consultar a Procuradoria Jurídica da Prefeitura sobre o Decreto nº 9.160/2008 que aprovou o Manual de Procedimentos Operacionais do Fundo Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Franca, no tocante a quem poderá obter recursos do FMMA. Senhor Rui, Senhor Alex e Senhora Ângela Maria Pimenta se comprometeram a realizar essa consulta. A reunião foi encerrada às dezesseis horas. Justificaram suas ausências os Senhores Adriano Rodrigues Moreira Tosta, Maurício de Azevedo Valentini, Célio Augusto Rodrigues Pereira, Marco Antônio Franceschi, Lázaro Antônio Reinaldi e a Senhora Alba Regina Barbosa Araújo. Eu, Eliana Jacintho de Lima Goulart Giuberti lavrei a presente ata que assino com os demais participantes da reunião.

Rui Engrácia Garcia Caluz
Eliana Jacintho de Lima Goulart Giuberti
Mônica Aparecida Haddad
João Guilherme Rosa Flávio Castro
Estevão Urbinati
Benedito Donizetti dos Santos
Lázaro Antônio Felício
Luciano Reami Muiono Mumi
Luisa Léia Jacintho Pucci
Welton de Araújo Cintra Júnior
Edson Castro do Couto Rosa
José Augusto Freixes

X ITTIME

		7.
José Roberto Nascimento Freitas		
Sidney Carvalho Elias		
Alex Henrique Veronez		
Ângela Maria Pimenta	-	
	No >	